

Em esforço concentrado, Câmara tenta votar hoje vários projetos

por Sérgio Garschagen
de Brasília

A nova legislação eleitoral, o subsídio ao leite, o fim da contribuição dos aposentados e pensionistas à Previdência Social e a proibição de se despedirem trabalhadores sem justa causa são as questões mais importantes da pauta de assuntos que a Câmara dos Deputados examinará a partir de hoje no seu esforço concentrado.

Em princípio, segundo reconhecem parlamentares e assessores legislativos consultados, não se devem esperar grandes resultados do esforço por uma série de razões. Em primeiro lugar, devido à obstrução da pauta por parte do PDT (25 deputados) e do PDS (82 parlamentares), que exigem a inclusão de itens na pauta que não interessam à Aliança Democrática, como a discussão das prerrogativas do Congresso e de um projeto que garanta a estabilidade do emprego para bancários, em decorrência do Plano Cruzado.

Sobre a mesa da Câmara empilham-se atualmente nada menos que 230 projetos, sendo que cerca de uma dúzia são considerados importantes ou polêmicos. O restante poderia ser votado tranquilamente, mas é exatamente a obstrução dos pequenos partidos que atrasa a tramitação. No item um da ordem do dia encontra-se a proposta do Poder Executivo que dispõe sobre a venda de imóveis residenciais pertencentes à União. A proposta recebeu emendas de todos os partidos e, por isso, há meses continua sem solução.

As prerrogativas do Congresso, explica a líder do PT, deputada Irma Passoni, outra defensora da obstrução, sempre foram defendidas pelo PMDB no regime anterior, mas agora, no governo, o partido recusa-se a examinar o tema. "Em ano eleitoral não convém retirar do presidente o poder de legislar através de decretos", explica, com ironia.

Para parlamentares do PMDB, o assunto deve ser visto sob outro ângulo: no ano que vem a Assembleia Nacional Constituinte fatalmente examinará o tema. Por essa razão, reconhece, dificilmente serão votadas emendas constitucionais neste ano. Na Câmara, 210 emendas estão em tramitação e isso mere-

ceu uma observação do deputado conservador Jorge Arbage (PDS-PA), um dos campeões de projetos apresentados — trezentos em três mandatos — "há emendas em número suficiente para se fazer uma nova Constituição".

Esvaziado pela campanha eleitoral deste ano, o Parlamento brasileiro encontra-se no chamado "recesso branco", funcionando mas sem deliberar sobre coisa alguma. Daí a existência do esforço concentrado, quando as lideranças convocam as suas bancadas em peso para, uma vez por mês, tentar apreciar proposições. O Senado votou neste ano a Lei de Informática e aprovou uma série de empréstimos, de interesse para todos os partidos. Lá, reconhece o líder do PMDB, Alfredo Campos (MG), não há problema na pauta. Como casa revisora, a ordem do dia aumentará com o esvaziamento dos projetos aprovados pela Câmara.

No primeiro esforço da Câmara não houve quorum. Desta vez, o líder do PMDB, Pimenta da Veiga, disse que iria empenhar-se para que o seu partido (218 parlamentares), compareça em peso para, junto com a bancada da Frente Liberal (123 filiados), esvaziar a pauta. "Vamos tentar o entendimento com os outros líderes", disse Pimenta da Veiga, recusando-se a admitir que a aprovação de qualquer projeto só será possível com o uso do "rolo compressor" das duas bancadas que, juntas, têm a maioria na Casa. Essa foi a

tática usada para aprovar, por exemplo, o Plano Cruzado, mas que não deu certo ainda em relação ao Plano Nacional de Desenvolvimento (PND). "Por uma questão de dignidade, o Parlamento não poderia deixar o PND ser aprovado pelo decurso de prazo", diz o senador Severo Gomes (PMDB-SP).

Pimenta da Veiga acha que nenhum partido deixará de votar em um ano eleitoral projetos de cunho social, como o fim do recolhimento previdenciário para aposentados e a criação do subsídio ao leite ou o projeto de sua autoria que proíbe demissões sem justa causa. O líder do PDT, Matheus Schmidt, entretanto, já afirmou que, sem um acordo sobre a divisão do horário gratuito de TV, a obstrução continuará. Assim, se houver quorum, os pequenos partidos tentarão atrasar as deliberações com intermináveis discus-

sos, tentando esvaziar o plenário. "A obstrução se enquadra no processo legislativo e é a arma da minoria para obter concessões. É coerente com a democracia e foi amplamente utilizada pelo MDB contra a Arena", lembra o deputado Jorge Arbage, vice-líder da Arena no governo Geisel.

Assim como não votam diversos projetos há meses, os parlamentares não deliberam também sobre o problema do "jeton", em análise por uma comissão há mais de três meses.